MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.083 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
IMPTE.(S)	: THIAGO SANTOS AGUIAR DE PADUA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: THIAGO SANTOS AGUIAR DE PADUA E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO: Trata-se de mandado de segurança, *com pedido de tutela de urgência*, **no qual se atribui** ao eminente Senhor Presidente da Câmara dos Deputados **comportamento omissivo**, **eis que**, segundo alegam os litisconsortes ativos, *transcorridos mais de 15 (quinze) dias*, a autoridade apontada como coatora **não apreciou o** "*(...) pedido de abertura de processo por crime de responsabilidade cometido, em tese, pelo Presidente da República, havendo inclusive pedido liminar formulado*".

Os impetrantes, *em litisconsórcio ativo*, **pleiteiam seja concedida** tutela de urgência para:

> "***a.1) em tutela antecipada, determinar ao Presidente da Câmara dos Deputados (Autoridade Coatora) que analise a denúncia por crime de responsabilidade*** *oferecida pelos Impetrantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do protocolo do pedido de abertura de processo, e, portanto, imediatamente;*
>
> ***a.2) em tutela cautelar:***
>
> ***a.2.1) determinar****, conforme decidido na ADPF nº 669 (Rel. Min. Roberto Barroso),* ***que o Presidente da República se abstenha de fomentar, promover e participar de***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código EB33-A79A-F87D-B6C8 e senha 87E1-F57A-3CF6-4832

aglomeração pública ou privada, popular ou social, até que comprove os exames negativos para Covid-19*, ante o justo receito de reiteração de crime de responsabilidade (ameaça de ilegalidade);*

a.2.2) determinar que o Presidente da República comunique previamente nestes autos as suas pretensões de saídas em público*, contendo o delineamento da agenda oficial, local, horário e medidas prévias adotadas para evitar aglomeração social, de forma a prevenir o justo receito de reiteração de crime de responsabilidade (ameaça de ilegalidade);*

a.2.3) determinar que o Presidente da República*,* ***como chefe de governo****,* ***exare protocolo normativo, no prazo de 5 (cinco) dias, ordenando que quaisquer de seus agentes de segurança civis e/ou militares, militares presentes em serviço, procedam a retirada de qualquer evento público*** *de que participe de quaisquer pessoas portando bandeiras, faixas, camisas e quaisquer outros meios visíveis de comunicação pedindo a 'intervenção militar', 'golpe militar', 'fechamento do Congresso, da Câmara e/ou do Senado', e 'fechamento do Supremo', sendo competência privativa da União zelar 'pela Constituição e pelas instituições democráticas' (art. 23, inciso I, da CF/88), bem como deve ser reafirmado que 'constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático' (art. 5º, inciso XLIV, da CF/88), de forma a prevenir o justo receito de reiteração de crime de responsabilidade (ameaça de inconstitucionalidade), devendo constar do protocolo normativo que as referidas pessoas serão enviadas às dependências da Polícia Federal para apuração de fato;*

a.2.4) determinar ao Presidente da República que apresente seu prontuário médico*,* ***bem como cópia de exames realizados****,* ***no período de 01/01/2020 até a presente data****, contendo histórico e exames médicos de natureza física e psiquiátrica, ante o justo receito de reiteração de crime de responsabilidade (ameaça de ilegalidade);*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código EB33-A79A-F87D-B6C8 e senha 87E1-F57A-3CF6-4832

> ***a.2.5) determinar que o Presidente da República se abstenha de publicar em meio eletrônico**, **especialmente em redes sociais, direta ou indiretamente, qualquer conteúdo contrário às determinações da OMS sobre o Covid-19**, ante o justo receito de reiteração de crime de responsabilidade (ameaça de ilegalidade);*
>
> ***a.2.6) determinar, no prazo de 10 (dez) dias, que o Presidente da República apresente relatório de inteligência tendo como alvo o Presidente da Câmara dos Deputados**, ora Autoridade Coatora, ante o justo receito de reiteração de crime de responsabilidade (ameaça de ilegalidade);*
>
> ***a.2.7) determinar o exercício das competências descritas nos incisos I a III, VI a X, XIII a XVI, XIX, XXII e XXVI do artigo 84 da Constituição pelo Vice-Presidente da República**, em substituição ao Presidente, ante o justo receito de reiteração de crime de responsabilidade (ameaça de ilegalidade e de inconstitucionalidade);*" (**grifei**)

Observo, *por necessário*, **que o presente** mandado de segurança foi ajuizado, *por meio eletrônico*, **perante** a Secretaria desta Corte Suprema, *em 19/04/2020*, *portanto*, dentro do prazo decadencial **a que se refere** o art. 23 da Lei nº 12.016/2009, *contado da data* (31/03/2020) em que os ora impetrantes protocolaram "*denúncia por suposta prática de crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Messias Bolsonaro*".

Entendo prudente solicitar, no caso, *prévias informações* ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, *autoridade apontada como coatora* (**Lei nº 12.016/2009**, art. 7º, I), **que deverá manifestar-se**, *inclusive*, sobre a questão pertinente à *cognoscibilidade* da presente ação de mandado de segurança.

2. **Impõe-se**, ainda, *no presente caso*, **a citação** do Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, **na condição** *de litisconsorte passivo necessário*.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código EB33-A79A-F87D-B6C8 e senha 87E1-F57A-3CF6-4832

A realização do ato citatório em questão **constitui providência essencial** ao regular **prosseguimento** da presente ação mandamental, **pois** a eventual concessão do mandado de segurança **terá o condão de afetar** a esfera jurídica **de referido** sujeito processual.

É tão importante (*e inafastável*) **a efetivação** do ato processual em referência, **com o consequente** ingresso formal do litisconsorte passivo necessário **na presente** causa mandamental – **o que viabilizará**, *por imperativo constitucional*, **a instauração** do contraditório –, **que a ausência** de referida medida, **não obstante** o rito especial **peculiar** ao mandado de segurança, **poderá importar** em nulidade processual, **consoante adverte** a jurisprudência dos Tribunais em geral, **inclusive** a desta Corte (**RTJ** 57/278 – **RTJ** 59/596 – **RTJ** 64/777 – **RT** 391/192 – **AO 851/AM**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **MS 20.941/DF**, Red. p/ o acórdão Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **MS 25.936-ED/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **MS 26.830/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **MS 33.551/RR**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*):

> "– ***Mandado de segurança***.
>
> – ***Os impetrantes***, *no caso,* ***foram devidamente intimados que deveriam fazer a citação dos litisconsortes passivos necessários*** *no prazo de 10 (dez) dias. Esse prazo de* ***há muito se exauriu sem*** *que a citação fosse promovida* ***por falta de providências*** *deles para o pagamento das custas dos mandados de citação.* ***Aplicação da sanção prevista no artigo 47*** *do Código de Processo Civil* ***combinado com o artigo 19*** *da Lei n. 1.533/51.*
>
> *Ocorrendo na espécie a hipótese prevista no inciso IV do artigo 267 do Código de Processo Civil,* ***tem-se o processo como extinto sem julgamento*** *do mérito.*"
>
> (**MS 21.496-QO/DF**, Rel. Min. MOREIRA ALVES, **Pleno** – **grifei**)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código EB33-A79A-F87D-B6C8 e senha 87E1-F57A-3CF6-4832

> "***No caso de litisconsórcio necessário***, *torna-se* ***imprescindível*** *a citação do litisconsorte,* ***sob pena de nulidade do processo***."
>
> (**Revista dos Tribunais**, vol. 477/220 – **grifei**)

Essa diretriz jurisprudencial – que também encontra apoio *em autorizado magistério doutrinário* (HELY LOPES MEIRELLES, ARNOLDO WALD **e** GILMAR FERREIRA MENDES, "**Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**", p. 84, item n. 8, 37ª ed., 2016, Malheiros; FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA, "**Mandado de Segurança e Controle Jurisdicional**", p. 98/99, item n. 5.6, 3ª ed., 2001, RT; CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, "**Manual do Mandado de Segurança**", p. 102, 3ª ed., 1999, Renovar; ALFREDO BUZAID, "**Do Mandado de Segurança**", vol. I/181-184, itens ns. 107/111, *v.g.*) – **legitima** *a extinção* **e** *o encerramento* do processo de mandado de segurança **na hipótese excepcional** de o autor do "*writ*" **não promover** a citação de litisconsorte passivo **necessário**, cuja efetivação lhe foi **expressamente** ordenada:

> "***Mandado de Segurança. Litisconsorte necessário. Citação. Extinção do Processo***.
>
> ***Litisconsorte necessário. Citação***, *determinada pelo Relator,* ***não providenciada*** *pelo impetrante.* ***Extinção*** *do processo* ***sem*** *julgamento de mérito,* ***por não haver promovido***, *o interessado,* ***ato que lhe competia*** *e, em decorrência,* ***configurada a ausência*** *do pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, art. 267, III e IV, do CPC.*
>
> ***Intimação pessoal da parte. Desnecessidade*** *ante a* ***imposição*** *do art. 47, do CPC,* ***aplicável*** *ao Mandado de Segurança, por força do art. 19 da Lei 1.533/51.* ***Orientação jurisprudencial do STF***.
>
> *Agravo regimental* ***a que se nega*** *provimento.*"
>
> (**RTJ 154/487-488**, Rel. Min. PAULO BROSSARD, **Pleno** – **grifei**)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código EB33-A79A-F87D-B6C8 e senha 87E1-F57A-3CF6-4832

MS 37083 MC / DF

Desse modo, *e pelas razões expostas*, **determino seja citado**, *na condição de litisconsorte passivo necessário*, o Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Para tanto, os ora impetrantes **deverão adotar**, *no prazo de 10 (dez) dias* (**Súmula** 631/STF), **junto** à Secretaria deste Supremo Tribunal, **as providências necessárias** à efetivação **do referido** ato citatório, **sob pena** de extinção anômala **deste** processo, **sem resolução** de mérito da presente causa mandamental (**MS 34.615-MC-AgR/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

3. **Dê-se** ciência ao eminente Senhor Advogado-Geral da União (**Lei Complementar** nº 73/93, art. 4º, III, **e** art. 38 **c/c** o art. 7º, II, **da Lei** nº 12.016/2009, **e** o art. 6º, "*caput*", **da Lei** nº 9.028/95).

Publique-se.

Brasília, 22 de abril de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código EB33-A79A-F87D-B6C8 e senha 87E1-F57A-3CF6-4832